

esquerda não extremada, de que o *Diário Novo* foi, em quase todo tempo, exemplo mais característico, mas que tinha folhas como a dos estudantes, O *Velho Pernambucano*, de 1853 e 1836, em que já escrevia Filipe Lopes Neto, participante da Praia depois, vindo de estudos na Itália e na França, redator do *Diário Novo* e, finalmente, barão do segundo Império; como O *Grito da Pátria*, de 1848, redigido, ao que parece, por João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão; como o *Guarda Nacional*, de Jerônimo Vilela de Castro Tavares, que circulou em 1844 e voltou a fazê-lo dias depois da posse do presidente Herculano Ferreira Pena, isto é, na fase preparatória da rebelião; como *A Reforma*, de Afonso de Albuquerque Melo, circulando em 1848, que condenaria as agitações de junho, temeria a luta armada que se avizinhava, advertindo, em sua edição de 27 de julho: “Corremos hoje com passos agigantados no caminho de um completo desmoroamento; e para evitar semelhante cataclismo, precisamos de reformas radicais na nossa organização social e política”. Essa a imprensa liberal, de esquerda e de extrema-esquerda, que travaria o combate das idéias com a imprensa conservadora e de direita, capitaneada pelo *Diário de Pernambuco*, mas também servida por outros jornais, como O *Lidador*, que circulou entre 1845 e 1847, ou como *A União*, que raiaria ao ultramontanismo.

A 29 de setembro de 1848 caía o gabinete liberal de Paula Sousa, e caía sem dignidade e sem grandeza, insistindo pela revogação da lei de 7 de novembro de 1831, que extinguiu o tráfico negreiro mas jamais fora cumprida. Como diriam os conservadores, e com acerto, “durante cinco anos o Partido Liberal nunca pôde realizar uma só das suas idéias, nem plantar na administração um só dos seus princípios”. A situação pernambucana seria consideravelmente agravada com isso: os governos de Ferreira Pena e de Tosta comprovariam logo. Daí por diante, a esquerda liberal encontra condições, na província, para arrastar a direita, inclinando-se à luta armada. A ampla frente popular que se fora constituindo, e para cuja articulação tanto contribuíra a imprensa, era agora comandada pela esquerda republicana. Foi a esquerda que deflagrou o movimento, a 6 de novembro; foi a esquerda que firmou o *Manifesto ao Mundo*, de 1º de janeiro de 1849<sup>(105)</sup>; foi a

(105) Documento assinado por Manuel Pereira de Moraes, João Inácio Ribeiro Roma, Henrique Pereira de Lucena, João Paulo Ferreira, Leandro César Pais Barreto, João Batista do Amaral e Melo e Antônio Borges da Fonseca. Dizia: “Protestamos só largar as armas quando virmos instalada uma Assembléia Constituinte. Esta Assembléia deve realizar os seguintes princípios: 1º) O voto livre e universal do povo brasileiro; 2º) A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa; 3º) O trabalho como garantia de vida para os cidadãos brasileiros; 4º) O comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros; 5º) A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos; 6º) A extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar; 7º) O elemento federal na nova organização; 8º) Completa reforma do Poder Judicial, em ordem a assegurar as garantias